

## **ANTICOMUNISMO CATÓLICO E AS ELEIÇÕES DE 1962 NA BAHIA: OS PLEITOS PARA GOVERNO DO ESTADO E PREFEITURAS DE SALVADOR E ESPLANADA.**

**THIAGO MACHADO DE LIMA\***

Em 1962, onze estados brasileiros realizaram eleições, dentre os quais a Bahia. Os pleitos em questão ocorreram em um período em que o mundo vivia uma instabilidade política com a chamada *Guerra Fria*, na qual as superpotências, EUA e URSS, estavam entrenchadas, defendendo os seus modelos de organização da sociedade, o capitalista e o comunista, respectivamente. Como afirmou Eric J. Hobsbawm (2009,p.24),“a Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial”. Ademais, a América Latina experimentava os impactos políticos da Revolução Cubana de 1959, que desembocou na formação de um Estado socialista, aliado à URSS, levando a um clima de alarme no continente entre os defensores do capitalismo norte-americano.

No contexto nacional, o Brasil sofria os reflexos da instabilidade internacional, além de passar por uma crise relacionada à Presidência da República, pois, eleito para um mandato de 5 anos, Jânio Quadros (PDC) renunciou, em agosto de 1961. Na sequência, a posse de João Goulart (PTB) gerou uma crise política e militar no país. Como assinalou Jorge Ferreira (2003,p.191):

Goulart saiu do Brasil como vice-presidente em viagem à China e voltou como presidente da República sob gravíssima crise militar, com contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, além do mais sob delicada situação política.

Em meio a essa conjuntura, ao analisarmos a situação política do país, visando entender os processos eleitorais de 1962 na Bahia e no município de Esplanada, localidade do litoral norte do Estado, distante de Salvador 140 km, não podemos deixar de perceber o anticomunismo como um elemento presente e atuante na sociedade brasileira, que interferiu diretamente nas disputas eleitorais ocorridas na década, assim como foi um fator preponderante para o Golpe Civil-Militar de 1964. No cerne dessa questão, tomamos de

---

\* Instituição de Origem: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Titulação: Mestrando em História. Agência Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

empréstimo as reflexões da historiadora Carla Simone Rodeghero(2002,p.464), segundo a qual o anticomunismo pode ser entendido enquanto:

Uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc.

Assim, podemos identificar a década de 1960 como o período em que a “oposição sistemática ao comunismo” ganhou ainda mais força na sociedade brasileira e inúmeras representações e práticas foram articuladas contra aqueles identificados como comunistas. Embora não seja objeto desta comunicação, é importante salientar que os comunistas também formularam representações e práticas contra os seus grupos opositores. Por outro lado, como destacou Rodrigo Patto Sá Motta,(2002,p.231) “entre 1961 e 1964 o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante, sendo a fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março”. Mas é necessário lembrar que, em épocas anteriores, o Brasil já havia passado por momentos de intensificação do anticomunismo, como foi o caso dos anos compreendidos entre 1935 e 1937, período em que ocorreu a chamada *Intentona Comunista*, deixando evidente que entendemos aqui o fenômeno do anticomunismo não como uma coisa surgida num momento específico, mas como um processo.

Nesse ponto, vale ressaltar também que entendemos o conceito de *representação* enquanto uma imagem que representa um objeto ausente, nos termos definidos por Roger Chartier.(CHARTIER.1988,p.21). Por sua vez, Sandra Jathay Pesavento definiu as *representações* como construções elaboradas a partir do real e que possuem uma simbologia social e historicamente constituída (PESAVENTO, 2008,P.40-41). A partir desse prisma, tentamos perceber e problematizar a simbologia social e historicamente construída das representações colocadas em movimento pela Igreja Católica em relação aos que ela identificava como comunistas na conjuntura em questão.

Vale frisar que os anticomunistas não formavam um bloco homogêneo, mas uma composição de diferentes setores da sociedade. Assim como as esquerdas, principal alvo dos

discursos direitistas, não eram monolíticas. Dentre os inúmeros setores anticomunistas, destacamos a vertente católica, tendo em vista que a Igreja foi a principal Instituição não estatal a combater os comunistas (MOTTA. op.cit.,2002.,p.18). Quando utilizamos o termo Igreja, referimo-nos à ala mais tradicionalista ou conservadora da hierarquia católica e não pretendemos reduzir a Instituição a um posicionamento ideológico uniforme.

Na década de 1960, o catolicismo estava focado em uma nova postura em relação às demandas sociais, orientada pela encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 1961, pelo Papa João XXIII, como uma forma de reagir à instabilidade política e social que atingia boa parte do mundo. Nesse sentido, ao tempo em que um setor do clero direcionou-se para os trabalhos de base, outro, tradicionalista, voltou-se para a defesa dos princípios da Instituição. Assim, o comunismo, ao pregar o ateísmo e a revolução social, configurava-se como o grande inimigo da religião.

Nesta perspectiva, o clero tradicionalista brasileiro atuou decisivamente no cenário político na década de 1960, afirmando posições bem definidas a respeito da conjuntura política existente. Porém, é importante frisar que a luta anticomunista da Igreja Católica não se restringiu ao período em questão. Em encíclicas anteriores, até mesmo antes da revolução bolchevique de 1917, a Instituição já demonstrava sua preocupação com os comunistas, a exemplo da *Rerum Novarum* (1893) e da *Divini Redemptoria* (1937).( RODHEGERO,2007)

As eleições baianas de 1962 aparecem como um exemplo nítido dessa atitude eclesiástica, pois a Igreja, articulada com setores da imprensa e alguns grupos políticos, foi a principal promotora de representações anticomunistas – o que pode ser constatado nos discursos dos religiosos presentes no jornal *A Tarde*, no qual a Igreja tinha colunas diárias, a exemplo de “Vida Católica”. Ademais, a Instituição possuía seu próprio jornal, a *Semana Católica*.

Em uma dissertação de mestrado, Célio Araujo (2008) explorou o anticomunismo católico na eleição de 1962 e na conjuntura do golpe de 1964, sendo um dos poucos estudos relacionados a essa temática na Bahia. No entanto, o autor, apesar de no título da sua dissertação denotar que o estudo analisa a atuação da Igreja na Bahia, centra a sua problematização em Salvador, considerando as eleições para o governo do Estado e a prefeitura da capital.

O que apresentamos, no presente estudo, é uma dimensão dessa política em uma cidade do interior do estado da Bahia, Esplanada, onde os reflexos da política internacional, nacional e estadual podem ser observados claramente. No que tange ao capítulo do trabalho de Araújo em que considera a eleições estadual e municipal de 1962, o autor apresenta duas disputas nas quais os candidatos que tiveram apoio da Igreja em relação aos políticos taxados de comunistas foram vitoriosos. O pleito em Esplanada foi um caso em que, diferentemente das disputas para governo do estado e a prefeitura de Salvador, observamos que o candidato apoiado pela Igreja Católica perdeu a eleição para um concorrente acusado de pertencer ao movimento comunista. Nessa perspectiva, analisando os três pleitos em questão, podemos perceber a atuação do anticomunismo católico de uma forma que possamos visualizar o seu alcance tanto na capital quanto no interior baiano.

Na Bahia, as eleições de 1962 podem ser caracterizadas por uma forte polarização de forças políticas. Porém, longe de uma análise maniqueísta, é importante salientarmos que nem todas as forças de direita estavam do mesmo lado, assim como também as esquerdas não estavam unidas. Para concorrer ao governo do Estado, dois principais candidatos entraram na disputa: o ex-prefeito de Jequié, Antonio Lomanto Jr. (UDN-PTB-PL-PRT-PR-PRP e PST) e o deputado federal Waldir Pires (PSD-PDC-PTN-PSP e PSB). Como pontuou Paulo Fábio Dantas Neto (2006,p.162):

O quadro político baiano, na época das eleições para governador, em 1962, poderia ser descrito, simplificadaamente, como de polarização política entre um municipalismo interiorano, afinal vitorioso, com a candidatura de Antonio Lomanto Jr. e forças políticas mais implantadas nos centros urbanos do Estado, reunidas em torno de Waldir Pires.

No pleito para a prefeitura de Salvador, muitos candidatos se apresentaram, com destaque para: Hélio Machado (PDC), Vigildásio Sena (PTB-UDN-PSB-PL) e Osório Vilas Boas (PSD). Já em Esplanada, a disputa ocorreu entre Arlindo Azevedo Lima (UDN), Erikson Orlando de Carvalho Lins, conhecido como Dr.Neno (PSP) e Adhemar de Lima Andrade, capitão do Exército e combatente na Segunda Guerra Mundial. Ainda no que concerne ao pleito em Esplanada, registramos que Dr. Neno pertencia aos quadros do PSD, mas como não conseguiu legenda para disputar a prefeitura, teve que se lançar pelo PSP.

A ala conservadora da Igreja Católica interferiu na dinâmica das eleições baianas de 1962. Não que a atuação política do clero tenha condicionado diretamente os resultados nas urnas, porém, o anticomunismo foi uma questão importante e que teve influência no processo eleitoral, pois os religiosos procuraram orientar os votos dos fiéis e proferiram discursos favoráveis ou contrários aos grupos políticos, além de o trunfo do apoio da Igreja ter sido usado pelos candidatos em suas campanhas.

Em setembro de 1962, o clero baiano, orientado pela *Mater et Magistra*, imbuído de estar mais presente nos processos sociais, resolveu expor de uma forma mais aberta a sua opinião a respeito da disputa eleitoral, com o intuito de combater os comunistas. Assim, no mesmo mês, criou a ALEF (Aliança Eleitoral pela Família), sob a direção do Cardeal D. Augusto da Silva (1876-1968). O objetivo da ALEF era orientar os votos dos fiéis baianos e focou a sua intervenção nos pleitos para o governo da Bahia, a Assembléia Legislativa, a Câmara Federal e a Prefeitura de Salvador, não contemplando as eleições municipais realizadas no interior do estado. Assim, em 6 de setembro, *A Tarde* estampou uma foto da reunião realizada pelos religiosos na Igreja de São Pedro dos Clérigos e a seguinte manchete: “Igreja dividirá candidatos em 2 classes: Bons e Máus”.(A TARDE, 6 de set. 1963,p.3)

A referida Aliança foi definida por Rodrigo Patto Sá Motta (op.cit.,2002,p.29), de forma geral, como uma “entidade suprapartidária para congregar os candidatos ligados às posições religiosas, onde conferia luta contra o comunismo e o divórcio”. Na lista da ALEF, os candidatos que tinham os nomes citados eram considerados “bons” pra serem votados. Por outro lado, apesar da pretensão dos organizadores da liga católica no sentido de listar os nomes dos “maus” candidatos, o inventário não foi publicado. Segundo Dantas Neto (op.cit.,2006, p.174-175):

A ALEF incendiou o noticiário de imprensa e púlpitos de Igrejas, levando a apreensão a muitos candidatos “suspeitos”, pela ameaça de terem seus nomes no índice dos cabos eleitorais de Deus, o que para muitos equivalia a sentença de excomunhão política. Romarias de políticos dirigiram-se ao palácio arquiépiscopal, em busca de aval do cardeal ou de sinais de fumaça.

Em meio ao processo, foi publicada a primeira lista da ALEF (O Estado da Bahia, 21 set. 1962, p. 2), na qual constavam os candidatos bons para serem votados pelos católicos:

**Governador:** Antonio Lomanto Jr, Waldir Pires.

**Prefeito:** Hélio Machado; Vigildásio Sena; Alaim Melo e Graça Lessa.

**Deputado Federal:** Luis Régis Pacheco; Carlos Alberto Cincurá, João Dória; Manoel Ribeiro, Heitor Dias; Juracy Magalhães Júnior; Josafá Carlos Borges; Renato Franco. Theódolo Albuquerque; Rui Santos; Mário Piva; Rubem Nogueira; Nita Costa e Cícero Dantas.

**Deputado Estadual:** Nilton Paz; Gustavo Fonseca; Américo Lisboa; Luiz de Carvalho Pimentel; Osvaldo Bruno; Levi Martins; Joel Muniz; Germano Machado; Álvaro Fernandez da Cunha; Nylton José de Souza Ferreira; Raimundo Rocha Pires; Hildegard Câmara; Bião de Cerqueira; Dival Pitombo; A. Mendes Neto; José Amador Rocha; Afonso Maciel Neto; João Borges; Jutahy Magalhães; Cristovam Ferreira; Menandro Minahim; Silvio Passos; Walfrido Moraes; José Falcão da Silva; Wilson Sales Leão; Áureo de Oliveira Filho; José Medrado; Wilson Lins; Osvaldo Dantas; José Nestor de Paiva Lima; Osmar Almeida; Oscar Cardoso; Pe. Bastos; Dr. Antônio Albuquerque e Urcício Santiago.

O que essa lista pode nos dizer acerca dos pleitos para o governo do Estado e as prefeituras de Salvador e Esplanada? Na eleição para governador, os principais candidatos (Lomanto Jr. e Waldir Pires), apesar de representarem grupos aparentemente opostos, estavam classificados como bons para serem votados. Na eleição para prefeitura da capital, Hélio Machado e Vigildásio Sena apareciam como bons, o que não ocorreu com Osório Vilas Boas. Mas, e em Esplanada? A lista da ALEF não contemplou as eleições realizadas nas cidades do interior. Porém, podemos refletir acerca do município conjecturando a respeito das ligações dos grupos políticos locais com os candidatos que não foram listados pela liga católica. Assim, um dos candidatos à prefeitura de Esplanada, Dr. Neno, era vinculado ao deputado estadual Ênio Mendes (PSP) e aliado de Waldir Pires. Na primeira lista da ALEF, apesar de o nome de Waldir Pires ainda constar, Ênio Mendes não foi mencionado. Portanto, não era um bom candidato e, por associação, Dr. Neno, também poderia ser considerado um mau político e o seu nome ligado aos comunistas.

Para Dantas Neto (op.cit.,2006, p. 175), a listagem da Igreja católica evidencia que, além do anticomunismo, os religiosos professaram um udenismo enrustido. Quase no encerramento da campanha, faltando três dias para as eleições, a ALEF (*A Tarde*, Salvador, 4 out. 1962, p. 1. Apud ARAÚJO, op.cit.,2008.p.31) entrou novamente em ação e publicou uma nova lista, contendo diversas modificações, inclusive a correção de alguns erros, como por exemplo, a mudança do nome de Juracy Magalhães Jr. da coluna de Deputado Federal para a de Deputado Estadual:



**Governador:** Antonio Lomanto Junior.

**Prefeito:** Hélio Machado; Vigildásio Senna; Alaim Mello; Graça Lessa.

**Deputado Federal:** Lis Régis Pacheco; Carlos Alberto Cincurá; João Dória; Manoel Ribeiro; Heitor Dias; Josafá Carlos Borges; Renato Franco; Theódolo Albuquerque; Ruy Santos; Mário Piva; Rubem Nogueira; Nita Costa; Cícero Dantas; Oscar Cardoso; João Mendes da Costa Filho; Aloysio Short; João de Almeida Freitas.

**Deputado Estadual:** Nilton Paz; Gustavo da Fonseca; Américo Lisboa; Luiz de Carvalho Pimentel; Oswaldo Bruno; Levi Martins; Joel Muniz; Germano Machado; Álvaro Fernandez da Cunha; prof. Nilton José de Souza Ferreira; Francisco Rocha Pires; Hildegardo Câmara; Bião de Cerqueira; Dival Pitombo; A. Mendes Netto; José Amador Rocha; Afonso Maciel Neto; João Borges; Jutahy Magalhães; Cristovão Ferreira; Juracy Magalhães Junior; Menandro Minahim; Silvio Passos; Walfrido Moraes; José Falcão da Silva; Wilson Salles Leão; Áureo Filho; José Medrado; Wilson Lins; Oswaldo Dantas; José Nestor de Paiva Lima; Osmar Almeida; Pe. Bastos; Dr. Antônio Albuquerque; Urcício Santiago; Theócrito Calixto da Cunha; Edwaldo Brandão Correia; Mário Fernandez Resende; Bernardo Antônio dos Santos; Renato Cincurá de Andrade; Renato Medeiros Netto; Espedito Sampaio.

A partir da listagem, nota-se a o afunilamento da tomada de partido da Igreja, em razão da exclusão dos nomes de candidatos e a inclusão de outros. Observamos que o nome de Waldir Pires foi excluído, o de Osório Vilas Boas continuou de fora e o de Ênio Mendes também não constou no rol dos bons candidatos. Assim, piorava a situação de Dr. Neno, candidato a prefeito de Esplanada, pois, além de ter o chefe político excluído da lista da ALEF, seu candidato a governo do estado também se encontrava rejeitado.

Por que a Igreja Católica publicou duas listas, nas quais colocou e retirou nomes de políticos considerados bons? Uma expressão é bastante útil para compreender esses fatos: a *industrialização do anticomunismo*. Segundo Motta (op.cit., 2002, p. 161), essa *indústria* seria uma:

Exploração vantajosa do “perigo vermelho”. Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo. [...] O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens.

Nessa perspectiva, o discurso anticomunista na Bahia, em 1962, foi um importante elemento para impulsionar algumas campanhas eleitorais, a partir das suspeitas lançadas sobre políticos adversários, e também foi muito útil para acirrar contendidas locais. A Igreja Católica, como pólo fomentador de representações anticomunistas, interferiu no processo eleitoral,

assim como os políticos usaram a Instituição nesse processo, pois o simples fato de constar na lista da ALEF era motivo para estigmatizar um adversário que nela não estava.

Conforme assinalou Araújo (op.cit., 2008, p.32), as condições exigidas para que um candidato constasse no rol dos bons eram as seguintes:

A assinatura de documento que continha os princípios defendidos pela ALEF, e o fato dos candidatos não possuírem acusações comprovadas por documento escrito de atitudes que contrariassem os princípios mínimos da organização.

É importante salientar que havia um jogo de interesses e acordos. Os religiosos queriam defender a sua Instituição, assim como garantir privilégios em diversos aspectos, e os políticos queriam ser eleitos. Nesse jogo, conchavos foram fechados e, através de idas e vindas, nomes saíram e entraram na *bendita lista*, visto que a maioria dos candidatos aceitou as condições da Igreja. “A aposta no anticomunismo e na ostentação da fé cristã foram armas muito usadas no corpo-a-corpo contra o adversário, na reta final da campanha, configurando um ambiente de “caça às bruxas” (DANTAS NENTO, op.cit.,2006, p. 174).

Segundo Araújo (op.cit.,2008.p. 32-33), Waldir Pires também teria aceitado os preceitos da ALEF, no entanto, não constou na lista final. Em entrevista concedida em 2012, o candidato, ao ser questionado acerca da sua aceitação dos critérios propostos pela liga católica, afirmou: “Isso eu não aceitaria, isso era uma restrição à liberdade democrática” Quanto ao motivo da exclusão do seu nome da lista dos considerados bons pela Igreja Católica, Waldir Pires (Ibidem) relatou o seguinte:

Na realidade o Cardeal, ele quis, desejou, ele chegou a me interpelar na linha de que eu não recebesse os votos dos comunistas. Eu disse a ele, isso é absolutamente impossível. Não há na democracia a possibilidade de você não receber o voto de quem quer apoiar, isso é a negação do processo democrático. “Oh, Cardeal, não dá para admitir essa hipótese, eu não admito. O senhor sabe que eu não sou comunista, mas fui companheiro dos comunistas em todas as batalhas da minha juventude. No secundarismo e em todo o período universitário, uma batalha que era do povo brasileiro”[...]. E com isto, evidentemente que o Cardeal vetou e baixou uma instrução inscrita para todas as Igrejas da Bahia, de toda parte. Ele sabia que eu não era inclusive porque eu era professor de direito constitucional da Universidade Católica.

Vale salientar, ainda, a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nessa campanha. Apesar de estar com seu registro eleitoral cassado, o PCB adotou uma política de



alianças através da qual passou a estimar os pleitos como instrumento fundamental de força política. Impedido de disputar as eleições utilizando a própria sigla, o partido apoiou e também lançou candidatos com outras legendas, como, por exemplo, PTB, PSD, PSB, PSP, PST, PRT, PR dentre outras. (SEGATTO,1995,p.124-138) Assim, a desconfianças de setores conservadores com relação aos candidatos apoiados pelo PCB eram enormes – a exemplo do que ocorreu com Waldir Pires e Osório Vilas Boas. No caso específico do candidato à prefeitura de Esplanada, não existem registros que apresentem alguma atuação do PCB na cidade. Porém, o deputado Ênio Mendes, como já foi evidenciado, fazia parte de uma coligação apoiada pelos comunistas.

Com o quadro delineado, Lomanto Jr. tinha o apoio da Igreja na disputa para o governo da Bahia, assim como Vigildásio Sena no pleito de Salvador, apesar de Hélio Machado também constar na lista da ALEF. Em Esplanada, o concorrente que obteve aval da Igreja Católica, representada pela Ordem dos Capuchinos, foi Arlindo Lima (UDN), aliado a Lomanto Jr., em detrimento do “mau candidato” Dr. Neno, que teve como principais adversários religiosos o Bispo de Ilhéus, D. Frei Caetano, e o superior do Convento de Nossa Senhora do Rosário, o Capuchinho Maurício de Mercatello. Em entrevista, Dr. Neno afirmou:

A Igreja fez campanha contra mim em favor de Arlindo Lima. Faltando dez dias pras eleições fizeram um almoço e eles convidaram a mim e Tio Arlindo que era candidato contra mim. Quando chegou na missa, eles passaram o pau em mim, eu presente. Eu ai não fui ao almoço, lógico, se eles se externavam dessa forma, eu ia almoçar com eles? Eu não fui. Veio um bispo de Ilhéus que foi padre aqui [D. Frei Caetano], veio pra essa festa, chegou na procissão fez um alarde contra mim, que cuidado, que o comunista vem tomar conta de Esplanada. Então, abertamente eles fizeram campanha contra mim.

Ao citar o nome do Bispo de Ilhéus como um dos seus adversários, ao lado do superior da Ordem dos Capuchinhos, o então candidato a prefeito nos permite conjecturar o quanto era tenso o ambiente político no município, visto que, Frei Caetano era um dos mais aguerridos propagadores de representações anticomunistas na Bahia. Portanto, a situação na qual se encontrava o candidato não era das mais confortáveis. Um bom exemplo da atuação anticomunista do religioso é um informe publicado pelo jornal *A Tarde*, em 22 de setembro de 1962, intitulado “Esclarecimento ao eleitorado católico. D. Frei Caetano, Bispo de Ilhéus aos seus diocesanos” (*A Tarde*. Salvador, 22 de set.1962.p.8), redigido nos seguintes termos:

Meu caro diocesano: Você é católico. Você é brasileiro. Como católico, deve seguir a sua consciência de formação católica, e como brasileiro deve amar o Brasil. Pense, portanto, bem. As próximas eleições podem ser decisivas para sorte da Igreja e para sorte do Brasil. Veja, pois, em quem vai votar: são muitos os candidatos; nem todos merecerão seu voto.

Em outro trecho, o Frei atacou abertamente os “comunistas”, identificados como “nacionalistas de esquerda”, apelando para a imagem da traição, representada por “um Calabar”. Ademais, condenou diretamente os planos do Governo João Goulart no sentido de implementar as Reformas de Base no Brasil:

Se você der seu voto a candidatos nacionalistas da esquerda, você está votando contra a sua consciência, contra o Brasil. Interessante que os comunistas andam bem acobertados com o nome de nacionalistas. Nacionalismo/reformas de base/ são ótimas peles de ovelha; mas antes de você dar seu voto, levante um bocadinho a pele da ovelha, para ver se debaixo está mesmo uma ovelha, um verdadeiro nacionalista, um amigo de verdadeiras reformas de base, ou um lobo vermelho, um Calabar, falso nacionalista, deformador desde as bases do muito ou pouco de bem que uma democracia imperfeitamente praticada já trouxe ao Brasil. (Ibidem)

Retratando a situação política no interior do estado, e aqui podemos incluir Esplanada, o bispo de Ilhéus declarou:

Uma das coisas mais revoltantes que encontro nas visitas pelo interior, é o abandono secular em que se tem deixado, depois de tantos anos de promessas falsas, tantas regiões. (Ibidem)

Podemos estabelecer uma relação entre a afirmativa do Bispo segundo a qual o interior do Estado estava entregue ao abandono secular com o *slogan* de campanha do candidato Lomanto Jr., que era “O interior marcha para capital” (DANTAS NETO. op.cit., 2006, p-166). Nessa perspectiva, percebemos uma posição favorável do Bispo no tocante à candidatura do PTB, visto que Lomanto também defendia o princípio segundo o qual o interior precisava se fortalecer.

Diante desse ambiente permeado por representações anticomunistas, fomentado principalmente pela Igreja Católica, uma parte do eleitorado de Esplanada não disse além aos discursos dos religiosos, o que foi o suficiente para Dr. Neno vencer a disputa municipal, visto que a divisão dos votos entre Arlindo Lima e Adhemar de Andrade, fez com que o

candidato do PSP vencesse o pleito por pequena margem de votos. Assim, o resultado final apontou 887 votos para Dr. Neno, contra os 722 e 234 sufrágios dados a Arlindo Lima e ao Capitão Adhemar de Lima Andrade, respectivamente. Ademais, o deputado Ênio Mendes foi reeleito, alcançando 596 votos em Esplanada (IMP, 1964, p. 89-90). No pleito para o governo do Estado, os resultados foram os seguintes: Lomanto Jr. foi eleito, com 396.051 sufrágios (51% dos votos válidos), contra 352.428 de Waldir Pires (45,9%) e 19.300 de Aristóteles Góes (2,5%). Já para a prefeitura de Salvador, Vigildásio Sena obteve 45.201 votos, Osório Vilas Boas conseguiu 39.492 e Hélio Machado (PDC) 36.064 (DANTAS NETO. op.cit., 2006, p. 505-510).

Na avaliação de Waldir Pires, o principal elemento que contribuiu para a sua derrota em relação a Lomanto Jr. foi o papel desempenhado pelo veto ao seu nome por parte da hierarquia da Igreja Católica. “Se não tivesse acontecido isso eu teria ganhado. Esse fator foi decisivo”. O candidato ao governo da Bahia exemplificou, ainda, como era complicada a situação no que diz respeito ao “corpo a corpo” realizado pela ala conservadora da Igreja contra a sua candidatura, descrevendo um acontecimento que teria ocorrido com a sua genitora, em plena campanha eleitoral:

Eu era católico, minha família toda, meus pais, minha mãe, tudo, etc. Houve um determinado instante que até minha mãe, no momento de confissão, naquela ocasião, para receber a hóstia é necessário fazer previamente a confissão com o padre local, etc. Então, a minha mãe foi e sem saber ele (o padre) pediu que ela não votasse em Waldir Pires, e a velhinha se levantou indignada, abriu ali a porta do acento e disse: “o senhor me respeite, é meu filho”.(Ibidem)

Antes de prosseguir, convém que tenhamos algumas considerações teóricas e metodológicas acerca das entrevistas, apresentadas neste trabalho. É importante termos em mente que os testemunhos dos depoentes se remetem às lembranças reelaboradas ao longo dos anos que se passaram desde as eleições de 1962 ou o Golpe de 1964 e encaramos os seus relatos enquanto narrativas que devem ser problematizadas, levando em conta o princípio segundo o qual a “memória e a história não são sinônimos, pois diferentemente da primeira, a história aposta na descontinuidade” (MOTTA, In: CARDOSO(org),2012,p.25). Nessa perspectiva, é importante pensarmos, conforme assinalou Michael Pollak (1989,p.8),o quanto “o presente colore o passado”.

Assim, enquanto os historiadores buscam a descontinuidade no tocante às eleições de 1962, a memória dos depoentes se mostra bem objetiva, arrumada e sem crítica ao passado. Fica evidenciada nas falas de Dr. Neno e Waldir Pires a mágoa em relação à ala conservadora da Igreja e a estratégia de se afirmarem como católicos para mostrarem a “injustiça” que foi cometida contra eles. Percebemos, também, a tentativa de dar uma lógica e uma linearidade a tudo que ocorreu no passado, como foi apresentado no caso do aceite aos preceitos da Aliança Eleitoral pela Família. Waldir Pires relatou que não aceitou nem assinou nenhum documento. Porém, Célio Araujo (op.cit., 2008, p.32-33), no corpo de uma pesquisa acadêmica, baseando-se em matérias jornalísticas, afirmou que, ao contrário, Waldir teria aceitado os preceitos da ALEF. No caso de Dr. Neno, o relato enaltece a sua vitória, a partir do momento em que reitera o quanto a Igreja fez campanha a favor do candidato Arlindo Lima, objetivando, também, potencializar o papel de vítima. Em suma, os depoentes se mostram como agentes passivos nos processos eleitorais, tendo sido alvos de maquinação de uma Igreja da qual eram fiéis.

Retornando à análise da disputa eleitoral de 1962, com o término do pleito e considerando os resultados a partir de um enfoque esplanadense, o municipalismo Lomantista, aliado ao anticomunismo religioso e udenista, saiu derrotado. Não obstante, o fato é que a direita perdeu espaço político no país e não ficou satisfeita com a situação. Ademais, outros setores também não estavam satisfeitos, a exemplo da ala conservadora do catolicismo. Por outro lado, apesar da derrota de Waldir Pires, o PCB baiano conseguiu renovar o mandato do deputado federal Fernando Santana (eleito pelo PSD), além de emplacar um suplente para a Assembléia Legislativa, Aristeu Nogueira, que logo assumiu a vaga pela legenda do PSB (SEGATTO. op.cit., 2005, p.134).

À guisa de conclusão, como tentamos apresentar e problematizar nesta comunicação, uma Ala da Igreja Católica teve uma ampla atuação anticomunista nas eleições de 1962 na Bahia, tanto na capital como no interior do estado, e isso se operacionalizou através da criação da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), da publicação de listas com nomes de políticos definidos como bons para serem votados, discursos em missas, procissões, artigos em jornais, etc. Um leque bem amplo de representações anticomunistas foi acionado no imaginário do catolicismo baiano, e os pleitos para o governo do Estado, prefeituras de Salvador e de

Esplanada exemplificam bem essa questão. Em meio ao processo eleitoral, muitos eleitores católicos seguiram as orientações da Igreja, mas também tiveram aqueles que não disseram amém.

Enfim, independente dos resultados obtidos nas urnas, ganhando ou perdendo políticos taxados de comunistas, o fato é que o anticomunismo católico foi um elemento presente e atuante no cenário político baiano, portanto esse tema é um campo de pesquisa em aberto e que deve ser mais explorado para se ter uma melhor compreensão acerca das relações entre a religião católica e a política na Bahia na década de 1960, o que também direciona para os estudos da conjuntura em torno do Golpe Civil-Militar de 1964.

#### **Fontes:**

##### **Jornalísticas**

ESLCARECIMENTO ao eleitorado Baiano. *A Tarde*. Salvador, 22 de set.1962.p.8. Arquivo: BPEBA.Setor: periódicos Raros

IGREJA dividirá candidatos em 2 classes: Bons e Máus. *A Tarde*, Salvador, 6 set. 1962, p. 3. Arquivo: BPEBA.Setor: periódicos Raros

LISTA da ALEF. *A Tarde*, Salvador, 4 out. 1962, p. 1. Apud ARAÚJO, op.cit.,2008.p.31. Arquivo: BPEBA.Setor: periódicos Raros

*O Estado da Bahia*, Salvador, 21 set. 1962, p. 2. Arquivo: BPEBA.Setor: periódicos Raros

##### **Militares**

INQUÉRITO Policial Militar. Erikson Orlando de Carvalho Lins. 1964. Nº 14/64. Fórum de Esplanada. Setor: Crime.

##### **Orais**

PIRES, Waldir. Entrevista concedida a Thiago Machado de Lima. Salvador, 29 de maio de 2012.

LINS, Erikson Orlando de Carvalho. Entrevista concedida a Thiago Machado de Lima, em 22 de julho de 2010.

##### **Referências:**

ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) –

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1988.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e Carisma: A política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº47, p.181-212-2004;

HOBBSBAWM, Eric J. Guerra Fria. In: \_\_\_\_\_. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 223-252.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p-21 à 36.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 8.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História – Órgão oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 22, nº 44, p. 465-488, 2002.

\_\_\_\_\_. O comunismo e outros perigos: memórias sobre o medo entre católicos. *História Oral*, v.10, n.2, p.2, p.98-100, ju.-dez.2007.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes Políticas do PCB, 1954-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995. p. 124